



Ata da Reunião Ordinária  
Horário de Início: 14 horas  
Local: Auditório Data: 15/07/21  
do 7ª andar do Paço Municipal

---

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte um, o Presidente Marcelo Pereira Manara deu início a plenária com os participantes via remota e presencialmente, dentro dos protocolos e recomendações sanitárias de distanciamento social e enfrentamento do novo Coronavírus (covid 19). Manara esclarece na abertura que o link dois é a segunda parte da reunião já que tem a limitação de uma hora da plataforma por isso que enviamos três plataformas sequenciais. A conselheira Fernanda sugere a possibilidade da inversão da pauta da reunião e falar primeiro sobre os pareceres da termelétrica. Manara pede para fazer a abertura da reunião e pede que assim Fernanda solicite a inversão de pauta. Fernanda agradece a orientação. Manara agradece a todos os conselheiros e convidados presentes participando na plenária e também, agradece aos que estão participando via remota, aos conselheiros e convidados. E em nome do doutor Jairo Salvador e de Carlos Bocuí, agradece a participação de vocês para essa reunião do COMAM, para que tenhamos um debate bastante rico. Como foi solicitada inversão de pauta Manara passa como primeiro tema a exposição do parecer do Conselho da Defensoria Pública, depois o parecer da OAB e assim por diante, pede que o conselho vote essa inversão. Como não houve manifestação contrária dessa inversão de pauta inicia Manara apresentando os informes. E nas apresentações que constam da pauta inicia pelo tópico: discussão sobre o projeto de alteração da Lei Orgânica Municipal e depois seguem: posse dos membros da Câmara Técnica Permanente e o edital de chamamento de projetos sobre financiamento do FUNCAM. Então em termos de informes, antes disso, relembra de três acessos que o conselho recebeu links, explica que eles são sequenciais porque nós temos uma condição limitada pelo tempo da plataforma, de uma hora. Então em cinco minutos antes do tempo terminar, faz-se uma pausa para que todos possam

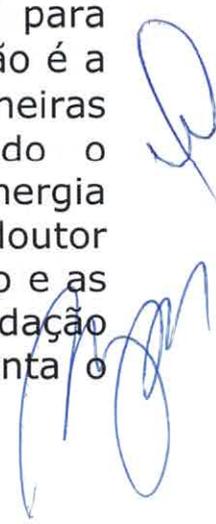
migrar de plataforma e darmos continuidade à reunião. Para efeito de melhor ordenamento, a Secretaria Executiva, vai manter todos aqueles que estão participando via remota. Vamos manter todos os microfones fechados durante as apresentações e reabriremos, obviamente, no momento dos debates e manifestações. Só para que nós tenhamos o respeito a quem tiver desenvolvendo a sua fala como palestrante. Manara pede que todos assinem a lista de presença e por chat, informem quem está presente e está representando alguma instituição. Justifica as ausências do conselheiro Gustavo Diniz, da SABESP e Marcos Vinicius da CETESB. Encaminharam justificativa de ausência por e-mail a secretaria executiva. Inicia como primeiro assunto dos informes a aprovação das atas das plenárias de 14 de abril e 13 de maio. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer. Nenhuma manifestação contrária as atas estão aprovadas por unanimidade. Nos informes, uma apresentação rápida da Nani, sobre o cronograma para contratação e prospecção para 30 mil locais de plantio. Com a palavra Nani, bióloga aqui da SEURBS. Nani inicia sua apresentação do custo do cronograma para prospecção de 30 mil locais para plantios nas vias públicas. Na última reunião já tinha apresentado um resumo do Termo de Referência e apresenta sobre os custos. Então só para recordar, lembra que foi feita uma parceria com o IPT de São Paulo e foi preparado um Termo de Referência para contratar uma empresa para prospectar 30 mil locais para plantios na cidade. Esse serviço foi contratando para poder definir locais para plantar onze mil árvores na cidade. Primeiro esse local tem que ser definido e depois contratar uma empresa para fornecer as mudas e realizar os plantios. A pretensão é atender as metas do plano de arborização, que no total são cinquenta e seis mil e quinhentas árvores e a pretensão é atender de 2018 a 2021 nessa primeira etapa. Fazer a reposição das árvores que são suprimidas na cidade, com as autorizações da própria prefeitura e também criar um banco de áreas. Assim terá dezenove mil locais aonde poderá fazer plantios futuros das reposições ou compensações ambientais. Foi feito um levantamento de preços da empresa TR Ambiental, que foi de cento e noventa e nove mil reais e a PD

Instrumentos que ofereceu um orçamento de duzentos e sessenta mil reais, e fazendo uma média desses valores, chegou-se ao valor de duzentos e trinta mil reais, o tempo de execução de seis meses e nos dois primeiros meses, já consegue começar o plantio das onze mil árvores. É um trabalho que poderá ser feito quando estiver fazendo a prospecção, podendo iniciar esses plantios. Manara agradece Nani e pergunta se algum conselheiro quer se manifestar? Manara abre exceção para Lucas Lacaz e a seguir dará sequência e dá um tempo de um minuto. Lucas Lacaz se apresenta como membro da Rede Agroflorestal. Argumenta que a população vê que a supressão de árvores que está acontecendo na cidade é enorme, nos lugares onde foi suprimida, a lei é clara, e diz que em seis meses deveria estar sendo reposta a árvore, mas o local está sendo cimentado. Conclui lamentado pela situação. Manara agradece Lucas e dá continuidade ao último informe e que na última plenária do Comitê de Bacia, já havia apresentado ao COMAM, três propostas duas diretamente pela prefeitura e uma em parceria com a FUNDEPAG para submeter ao 4º Edital FEHIDRO e 1º Edital FEHIDRO de 2021 o qual fomos contemplados. Aproveita para agradecer ao presidente do Comitê de Bacia, Renato Veneziani, que está aqui como conselheiro, nos acompanhando, o apoio de sempre. Os nossos projetos que foram contemplados, como o combate às inundações do Conjunto João do Pulo, o plano de gestão distrital de São Francisco Xavier e a segunda etapa do plano de macrodrenagem do município de São José dos Campos, objetivando dentre outras, a trazer como política pública o enfrentamento da poluição difusa e a implementação de estruturas e infraestrutura verde, dentre outras questões da drenagem urbana, como segunda etapa dessa complementando o plano de macrodrenagem da cidade. Atendendo a proposta da conselheira Fernanda Fowler, da inversão de pauta, vamos dar início à discussão sobre o projeto de alteração da Lei Orgânica Municipal. Vou pedir para colocar em tela e pede para quem quiser fazer uso da palavra dar nome para a secretária executiva. E aqueles que estiverem participando via remota mencionar no chat que quer fazer uso da palavra. Manara lembra que vai apresentar na sequência de quatro slides somente essa

dinâmica, mas atendendo à colocação do Moraes, vamos estabelecer essa dinâmica. No final da apresentação abre para as discussões e manifestações, dando prioridade aos conselheiros e depois aos não conselheiros, atendendo a essa lista de inscrição. Manara inicia a apresentação com algumas premissas. A primeira delas: é importante dizer e afirmar que não há projetos, tampouco licenciamento em andamento, já que nas discussões, surgiram algumas confusões nesse sentido, tratando da aprovação de usinas, aprovação de investimentos ou de quaisquer estruturas. Não há estudos ou EIA-RIMA para disponibilização, tampouco processo de licenciamento. Não existe projeto, e a segunda premissa já fala disso e da mesma forma que foi previsto na alteração 2002. Então, desde 2002, a alteração desse artigo já observa que qualquer projeto futuro ingressará pelo sistema de licenciamento ambiental e será analisado pela CETESB, no momento em que surgirá o EIA-RIMA. E serão realizadas audiências públicas e todos os ritos previstos na lei vigente. Então, na medida em que surgir um projeto futuro, ele atende ao rigor da norma do licenciamento ambiental, como todo e qualquer projeto, com um diferencial, desde 2002 São José já consagrou na sua Lei Orgânica e no seu parágrafo, do que trata o Artigo 240, que em São José dos Campos, desde 2002, adicionalmente ao licenciamento, deverá ainda obter a aprovação do COMAM. O que também não se altera na minuta proposta já que algumas manifestações trouxeram confusão nesse sentido, de que estariam tirando poderes do COMAM ou desviando o assunto, sua importância ou anulando audiências públicas, não é esse o entendimento, em razão dessas contribuições que vamos acompanhar as apresentações tanto da Defensoria quanto da OAB. Assim considerando essas contribuições recebidas, o texto será melhorado é esse o propósito dessa discussão. Como exemplo serão explicitadas vedações para incineração de resíduo sólido. Então essa modificação o executivo fará, mas serão explicitadas essas vedações, da incineração de resíduo sólido e a geração qualquer que seja o mecanismo, a carvão e a diesel. Então essa modernização das políticas públicas é importante como premissa. Manara informa o quanto que São José dos Campos tem investido em



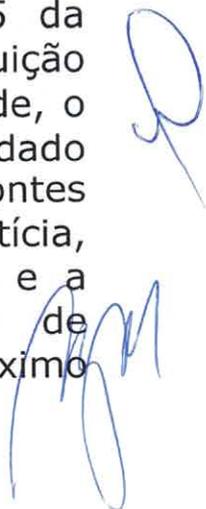
políticas públicas e ações que resultem em contribuição para a qualidade do ar de. E esse avanço da mobilidade elétrica, uma cidade referência nacional nisso e destaque para o transporte de massa elétrico, a Linha Verde a ser inaugurada em dezembro desse ano, é o primeiro desse sistema de transporte no país. A duplicação das ciclovias nos últimos cinco anos São José dobrou para 150 quilômetros e tem construído ciclovias ano após ano. É uma cidade já referência na arborização urbana e nos últimos dois anos, 2019 e 2020, ela foi citada como referência internacional pelo Tree Cities, um programa da FAO/ONU. São José acompanhada de outras duas cidades, Campo Grande e São Carlos, que receberam essa honraria, como cidade referência em arborização urbana. A ampliação das áreas verdes públicas e as políticas de uso e ocupação do solo. Também no seu plano diretor, as principais diretrizes ao promover a descentralização, as novas centralidades, uma cidade mais equilibrada em termos de sua dinâmica de ir e vir. São estratégias, assentadas na política pública de ordenamento territorial da cidade e que resultam sim, numa melhoria da qualidade do ar, uma vez que diminui sensivelmente ao longo do tempo e diminuirá essa concentração de rotas, por assim dizer. E também energias renováveis, construção sustentável, que estão assentadas de forma moderna, inovadora, no plano diretor de desenvolvimento integrado, no zoneamento e no futuro código de obras, que nós estamos fechando e que o COMAM participou na Câmara Técnica. E vamos apresentar o novo código de obras, que tem um capítulo em separado, especial para obras sustentáveis. Para construção sustentável que é também, uma das apostas que São José dos Campos tem feito para o seu desenvolvimento. Pela municipalidade o edital de energia verde renovável para abastecimento de todos os equipamentos públicos. Não é a primeira cidade a fazer isso, mas é uma das 20 primeiras cidades no país que está buscando atender todo o suprimento, todo o seu aporte de energia, vindo de energia auditada, de energia renovável. Manara convida doutor Jairo, defensor público para fazer a sua apresentação e as considerações baseadas no parecer, na recomendação recebida da Defensoria Pública. Dr. Jairo cumprimenta o



presidente Manara e os conselheiros e agradece pelo convite e inicia sua apresentação dizendo que não vai usar os quinze minutos, mas terá o auxílio luxuoso da doutora Luciana Gatti, que vai dar os fundamentos por questões técnicas, pois diz que ela está muito mais apropriada para falar do que ele como defensor público. Em primeiro lugar, ressalta a importante participação da Defensoria nesse fórum, não supre uma deficiência, uma ilegalidade que nós apontamos na nossa recomendação, que foi a ausência de uma discussão prévia. Essa discussão é muito interessante. Parabeniza a prefeitura por essa mudança de postura e essa tentativa de aprimoramento do projeto, é muito positivo, mas que essa discussão teria que ser anterior ao envio do projeto à Câmara e a realização dessa reunião, não supre essa ilegalidade ou essa inconformidade e que a reunião ocorre intempestivamente, vez que ela não tem o condão de sanar eventuais ilegalidades que ocorreram no processo que antecedeu o envio do projeto para a Câmara e que esse debate deveria ter sido feito antes, até para que a pudesse ter um projeto e que essa preocupação com a questão da segurança energética, ela é muito importante. É um debate de primeira linha e que tem que envolver toda a sociedade e a comunidade científica. É o interesse da Defensoria Pública nesse tema, óbvio, considerando os efeitos desiguais que são produzidos pelos desequilíbrios ambientais e o impacto na saúde pública. Especialmente na população pobre, mais carente, que depende do SUS, e temos problemas sérios de judicialização de questões de saúde relacionadas a doenças respiratórias. Então, o projeto impacta diretamente essa população. E ao tomar conhecimento da proposta de emenda, através de provocação de entidades ambientalistas, nós analisamos e constatamos algumas inconformidades, algumas ilegalidades e algumas inconstitucionalidades no projeto que se levadas adiante, poderão trazer enormes prejuízos ao município, à população em geral e em especial a população mais pobre. Com certeza, vai gerar um questionamento judicial da futura lei, trazendo insegurança jurídica e criando um efeito contrário, afastando investimentos e maculando a imagem do município. Como foi bem dito pelo secretário, que é tido em boa conta na



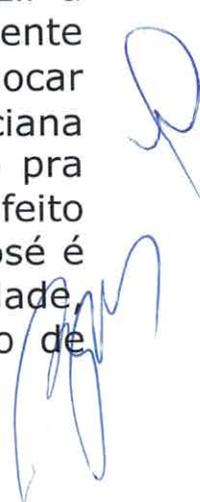
questão ambiental, até o momento. E pelos aspectos jurídicos, não entrando em questões técnicas o Dr. Jairo destaca apenas algumas recomendações. Ele não faz a leitura da recomendação, pois são diversos itens, mas no que diz aos aspectos jurídicos, aspectos formais a serem observados, que não foram observados e aspectos materiais, ou seja, substanciais. Em relação aos aspectos formais, destaca a ausência de discussão pública, de participação comunitária, que viola frontalmente a Constituição Estadual, o Artigo 180, Inciso 2º. E o Artigo 191 da Constituição Estadual, que determinam a obrigatoriedade, inclusive São José já teve uma lei que foi considerada inconstitucional, que foi das cavas de areia, justamente com base nesses artigos que não houve participação popular que antecedeu a elaboração e o envio do projeto, onde contraria também a própria a própria Lei Orgânica do Município, seu artigo 12, o artigo 16, Inciso 5º, artigo 230 e 234. Afirma que qualquer alteração da lei, que trate de determinados temas, obrigatoriamente tem que passar por uma participação pública e esse processo não aconteceu e a ausência de estudos e justificativas tecnicamente fundamentadas sobre prováveis ganhos ambientais, como aprovação da proposta. É contra a proposta de emenda, ela é fantástica e ela tem que avançar no sentido de restringir ainda mais essas emissões. E o último ponto formal que é uma questão que suscitou inclusive uma recomendação da assessoria jurídica da Câmara para que o projeto não fosse a plenário, é a questão da ilegitimidade do município para legislar sobre energia elétrica sobre alguns aspectos. O município tem autonomia para legislar sobre o meio ambiente. Isso não se discute, mas sobre o uso e ocupação do solo, do ponto de vista material, acredita que afronta ao Artigo 225 da Constituição. A questão da política nacional, a Constituição Federal, a política de resíduos sólidos, o direito à saúde, o COMUS não foi ouvido. Temos que ter muito cuidado quando está permitindo a introdução de novas fontes poluentes. Dr. Jairo diz que ficou muito feliz com a notícia, de que não vai ser permitido o diesel e o carvão e a possibilidade do afrouxamento do processo de licenciamento ambiental. A eliminação do limite máximo



para instalação de unidades poluidoras, acredita que a lei de hoje não é tão boa, mas ela estabelecia um limite de 100 megas e hoje não tem mais limite. A lei não prevê mais limite no somatório dessa criação dessas novas fontes, temos que pensar nos nossos filhos, nos nossos netos e no planeta que vamos deixar. É uma vedação ao retrocesso em matéria ambiental e o compromisso, uma questão transgeracional, dos nossos atos. Nós que temos poder de decisão do que a gente vai deixar. Sobre as implicações práticas, os aspectos, técnico científicos, decorrentes da aprovação dessa lei. Dr. Jairo encerra sua apresentação, e concede parte de seu tempo a doutora Luciana Gatti do INPE, especialista no tema para dar continuidade. Ele a parabeniza publicamente pelo artigo que ela publicou; que foi divulgado e teve uma repercussão muito geral e ela é um dos grandes valores que temos na nossa região. Mas antes de passar a palavra para doutora Luciana faz um apelo ao COMAM, ao secretário, para que retire esse projeto da Câmara e lidere um amplo debate aberto, e como sabe que é da posição do secretário, pelo seu histórico de vida, o seu histórico de atuação nas causas ambientais, para que a gente possa fazer essa discussão com serenidade e calma e com toda a comunidade, do Vale do Paraíba, de São José dos Campos e que está disposto a colaborar e juntos buscar soluções para os problemas que foram apontados pelo poder municipal, que é interesse de todos. Agradece e passa a palavra para doutora Luciana. Secretário Manara antes de passar a palavra para doutora Luciana, em nome do COMAM, parabenizá-la por essa repercussão, desse trabalho tão importante. É uma honra tê-la em São José dos Campos. Então, parabéns em nome do COMAM. Doutora Luciana Gatti, agradece os elogios, cumprimenta a todos e diz estar muito feliz conversando com os colegas do COMAM. Sentiu muito do antigo diretor do INPE ter decidido de não mais fazer parte desse órgão e inicia sua apresentação para contribuir com essa discussão do ponto de vista dos gases de efeito estufa. Informa que faz parte da Rede Mundial de Medidas de Gás de Efeito Estufa e de iniciativas de mensurar o total de gases que são emitidos no globo. O nome de Global Carbon Project, Global Carbon Budget com o seu boletim anual, 83% dos gases de



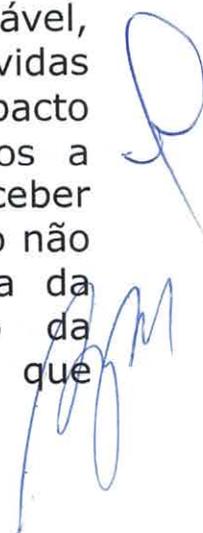
efeito estufa que são lançados na atmosfera vêm de combustível fóssil e 13% vêm de mudança do uso da terra, isso a nível global. Está colocado para a humanidade hoje o desafio de reduzir as emissões de gás de efeito estufa e sabemos que já não dá mais para segurar as emissões em um grau e meio e significa morte de muita gente, doenças aparecendo, catástrofes. Eles são provocados pela emissão de gás de efeito estufa, muito importante pensar em qual é o futuro que estamos construindo. Quando se fala em economia de baixo carbono, fala de uma iniciativa para reduzir emissão. Então, se numa termelétrica a carvão e passa a usar diesel, já é uma redução. Se tiver um a diesel e passa a usar uma termelétrica a gás natural, é uma redução. Mas se usa uma hidrelétrica e vai construir uma termelétrica a gás natural é um aumento de emissão. Então, não dá para usar o termo de economia de baixo carbono. Porque na prática, vai aumentar as emissões de gás de efeito estufa de São José. O governo do estado de São Paulo, em dezembro de 2019, assinou uma carta, dizendo que São Paulo cumpriria o acordo de Paris e que reduziria as emissões. Dra. Luciana pergunta se esse projeto de São José está de acordo com as diretrizes do estado de São Paulo, porque vai implicar em aumentar a emissão e governo está fazendo um esforço para reduzir a emissão e nós fazendo esforço para aumentar. Esse é um primeiro aspecto que ela destaca e o segundo é a de ter uma visão de futuro. Acredita que daqui cinco, dez anos, o planeta inteiro vai ser obrigado a fazer o seu acordo e todo mundo vai ter que reduzir emissão. E o Brasil, que nesse momento está colocando dinheiro para construir termelétricas, vai ter que abandoná-las e colocar dinheiro para construir energia solar, energia eólica. Um desperdício de esforço, de infraestrutura, também é preciso reduzir a emissão de gás de efeito estufa e gerar energia realmente limpa. Informa que o BNDES com certeza vai colocar recurso para financiamento de termelétrica. Dra. Luciana apela para que a decisão de andar para frente e não pra trás, que se aumentar as nossas emissões de gás de efeito estufa é contribuir com a emergência climática. São José é um exemplo, tem tanta tecnologia, tanta capacidade, tantas universidades, instituto de pesquisa, é o polo de



exemplo. Tem que colocar essa ciência, esse conhecimento a serviço da sociedade e isso significa hoje, reduzir as emissões de gás de efeito estufa e não aumentá-las. Finaliza sua apresentação agradecendo e está a disposição. O presidente Manara agradece doutora Luciana, parabeniza a novamente pelo excelente trabalho divulgado. Passa a palavra para Dra Fernanda Fowler, que inicia seu parecer pessoal, parabenizando a prefeitura, que já ouviu uma parte dos pareceres quanto a queima de resíduo que transformaria resíduo não perigoso em perigoso. Informa que já disponibilizou seu parecer para a Prefeitura. Esclarece que estamos vivendo a pior pandemia de todos os tempos, que impede a participação popular e os artigos da própria Lei Orgânica que citou no parecer deveriam ser usados de forma analógica para impedir que essa alteração seja feita neste momento de exceção, em que não se pode discutir de maneira ampla o assunto, uma vez que estamos impedidos, por perigo, por medo de ir e vir. Ressaltou que a falta de participação popular efetiva, estava, inclusive, exemplificada hoje no COMAM. Enfim, acredita que não é o momento para discutir essa alteração da Lei Orgânica. Além dos artigos que citou também acredita que a alteração esteja contra a própria Lei Orgânica. Reportou que é uma alteração significativa e poluidora que está sendo feita sem a ciência dos moradores e sequer o COMAM foi informado de maneira prévia. Reportou ainda que o embasamento técnico para não aprovar essa alteração é o embasamento científico. Que na cidade já há uma saturação de ozônio e permitir a instalação de mais uma fonte de poluição que emitirá um gás que se transformar em ozônio é um absurdo. Como previsto no Artigo 3, isso será possível diante da possibilidade de uso de gás natural. E isso, inclusive, fere diversas legislações, como a Lei 997, que em seu regulamento aponta níveis máximos de poluição, proibindo os lançamentos que possam ultrapassar os padrões estabelecidos, de forma direta ou indireta, como é o caso. A legislação também utiliza o conceito de bolha, ou seja, só se admite a inserção de uma nova fonte de poluição, caso houvesse o inventário de todas as fontes de poluição, e fosse possível fazer uma compensação dessas taxas de emissão, ou seja, tira uma



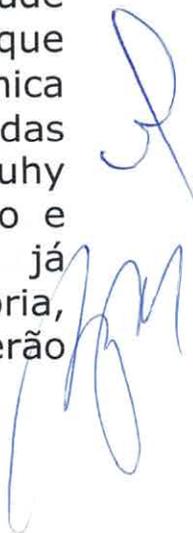
fonte, para se colocar outra para haver uma compensação. Dra Fernanda acredita que não apenas em São José deveria ser feito esse inventário, porque a poluição não vê fronteiras. Sobre a queima de resíduos, que seria algo extremamente prejudicial para a cidade, indo contra a política de resíduos sólidos, não caberia falar sobre porquê já houve um retorno. E quanto ao parágrafo que fala sobre o uso das melhores tecnologias Dra Fernanda menciona que isso não significa ter alguma proteção uma vez que a proposta autoriza o uso de combustíveis fósseis para usinas até dois megawatts, autoriza o uso de gás natural para qualquer tamanho e a própria emenda não cita a proibição da queima de resíduos sólidos. Assim, a partir do ponto que está se permitindo, na própria emenda, o uso desse tipo de tecnologia e de técnicas e, não está se protegendo. Quanto ao parágrafo 6º da emenda a Dra ressalta que essa é a grande discussão jurídica sobre o assunto, que o parágrafo impõe apenas a apreciação do Relatório de Impacto Ambiental e a passagem pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente para a permissão de instalação de termelétricas até 30 megawatts. Dra Fernanda informa que teve o entendimento idêntico ao do Dr Jairo e acredita que isso realmente seja muito perigoso porque a competência para legislar sobre o meio ambiente, é concorrente e suplementar. Entende que não é permitido que se imponha condições menos restritivas a nível municipal. E, além disso, entende que existe uma necessidade de licenciamento que deveria estar prevista na proposta para qualquer tipo de tamanho de usina. Afirma que os licenciamentos são exigíveis em obras e atividades potencialmente poluidoras e temos que entender para que eles servem. Eles servem para avaliar tecnicamente e socialmente, se o empreendimento proposto é viável, frente ao impacto que causará ao meio ambiente e às vidas nele inseridas. A Dra. entende que o Relatório de Impacto Ambiental não é suficiente para isso, muito menos a passagem pelo Conselho, o qual não tem como receber esse tipo de responsabilidade. Entende que o Conselho não é apto a avaliar de forma a garantir a segurança da população. Lembra que quando do rompimento da barragem de Brumadinho, uma das reportagens que



assistiu sobre o Conselho Estadual ter aprovado a ampliação dessa barragem. Acredita que estavam tentando verificar a responsabilidade dos conselheiros. Entende que o Conselho poderia ser consultado, mas acredita que o Conselho não pode aceitar uma incumbência desse tamanho sem passar por audiência pública. Conclui que o parecer da OAB que é contrário à alteração proposta pela municipalidade, e entende que o Conselho também deveria emitir uma nota de repúdio se posicionando contrário á proposta e entende que deve-se discutir mais e quem sabe, fazer uma legislação mais protetiva. Presidente Manara passa a palavra para Carlos Bocuhy que inicia sua participação fazendo algumas considerações da proposta que foi feita pela municipalidade, agradece a participação no COMAM e lembra o participante Ricardo Ferraz, companheiro de batalhas no CONSEL. Informa que a justificativa da municipalidade, se baseia num documento chamado A Termelétricidade no Novo Contexto do Setor Elétrico, a Importância da Avaliação de Impactos Ambientais. Essa foi a justificativa utilizada pela municipalidade para apresentar o projeto, esse texto, é de junho de 2018 e naquela época, o Brasil vivia uma grave defasagem normativa, o padrão de ozônio era o padrão de 1988, da Organização Mundial da Saúde, que admitia até 160 microgramas por metro cúbico em vigor. Hoje o padrão reconhecido pela OMS, considerado tolerável é de 100 microgramas por metro cúbico. Ocorre que a pesquisa científica evoluiu bastante e hoje temos uma perspectiva de baixar a ordem de ozônio para um ponto muito mais restritivo e muito mais seguro, da ordem de 70 miligramas por metro cúbico. Então o que me parece é que a justificativa para a alteração da Lei Orgânica, ela carece de motivação, na medida em que ela coloca um documento que é anacrônico em matéria ambiental. Acredita que esse é o primeiro ponto que deve ser colocado. O segundo é que a alteração na norma prevê a conceituação de baixo impacto ambiental. Esse termo é bastante subjetivo e ele não pode ser avaliado fora do contexto em que ele se insere e está completamente descolado da realidade de São José dos Campos, que é uma área saturada por ozônio, conforme o relatório da qualidade da água da CETESB, de



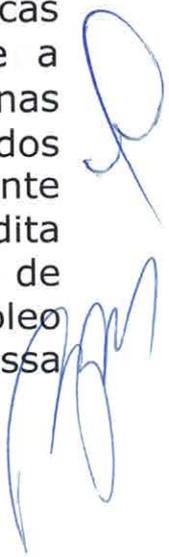
2020. A queima do gás natural produz óxido de nitrogênio, que depois reage e se transforma em ozônio e que fique claro que o termo gás natural, ele é um requinte da semântica. Na verdade, se trata de um combustível fóssil, extraído de poços de petróleo. O ozônio acima dos limites aceitáveis, ele provoca efeitos nocivos ao sistema respiratório, ataca a retina, provoca danos. Então na perspectiva de agravamento da poluição por ozônio, na perspectiva de queima de gás natural, nós chamamos a atenção para ao menos dois efeitos que a alteração proposta provocará. Primeiro é a essência da norma, do que é colocado na Lei Orgânica Municipal, em 2002, que foi de proteger o meio ambiente e a saúde pública. Diante da proposta de "excepcionalização" para a inserção de poluentes decorrentes da queima de gás, a pergunta é: se a norma que se pretende alterar, perdeu o seu objeto? Ou seja, se a saúde pública perdeu o valor, desde a entrada da Lei Orgânica Municipal em 2002? A realidade aponta que o bem a ser protegido, o meio ambiente e a saúde pública, continuam presentes. E só aumentou a necessidade de sua proteção. Primeiro, porque a população aumentou e segundo, porque a poluição de diversas fontes também aumentou. Outro aspecto são as implicações jurídicas decorrentes da proibição em retrocesso em matéria ambiental. A retirada de proteção conferida à Lei Municipal levaria essa legislação a um estado de retrocesso em matéria ambiental transformando em legislação de proteção insuficiente. A norma que se pretende proteger não é, o Artigo 240 da Lei Orgânica Municipal que regulamenta matéria em que são três direitos fundamentais: meio ambiente, saúde e vida, postulados na Constituição Federal. Então por essas questões, o que se pode perceber é que estamos diante de uma possibilidade de retrocesso social. Finaliza com a recomendação de que não se remova o dispositivo protetivo da Lei Orgânica Municipal evitando o retrocesso e a nocividade das consequências. Presidente Manara agradece Carlos Bocuhy responde que receberá o texto que será encaminhado e aproveita para informar que essas considerações já encaminhadas, tanto pela OAB, como pela Defensoria, estão sendo analisadas pela equipe da prefeitura e serão



respondidas de forma oficial, disponibilizadas para o COMAM e seus conselheiros. Na sequência pede que a engenheira ambiental Livia, assessora de gestão estratégica da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, faça a sua apresentação. Livia cumprimenta a todos e inicia sua apresentação levando em consideração os pontos que foram colocados pela Defensoria, pela OAB, pelo doutor Carlos Bocuhy e pela doutora Luciana. Informa que não traz respostas, mas colocações para refletir um pouco, sobre tudo que está sendo discutido. Através de slide apresenta um pouco dessas mudanças no setor energético nacional, desde então, da primeira versão dessa Lei Orgânica, que vedava as termelétricas de uma forma genérica. A necessidade dessa flexibilização, dessa modernização em 2002, frente à crise energética, mas também mudanças do setor energético nacional e que tivemos a criação da ANEEL, como uma importante agência de regulação. Em 2004 a foi criada a EPE, que é a Empresa de Pesquisa Energética, que estuda todas essas variáveis para direcionar que caminho temos em termos de energia no país. É uma instituição muito séria, tanto quanto o INPE, quanto as outras instituições nacionais. Com o surgimento da geração distribuída em 2012 e mais recentemente temos um Plano Nacional de Energia de 2050. Tivemos no Brasil, a questão do desenvolvimento do mercado do gás, a instalação de gasodutos, a instalação de usinas de tratamento de gás e hoje se fala no mercado do gás. Como a flexibilização a viabilização de um combustível com riqueza energética, num preço acessível, que se usa para cozinhar. A utilização do gás no nosso dia a dia para várias finalidades, o recurso que temos disponível. O decreto de 2013, do estado de São Paulo, foi também compatibilizado em 2018, com a Resolução CONAMA, que estabelece os padrões de qualidade do ar vigente no país e as alterações que foram colocadas já foi discutido. É um texto que foi mantido na redação vigente, e precisa ser modernizado frente ao que é praticado na realidade, pela legislação. Então se entendia que a termelétrica não poderia, se fosse para fins de comercialização de energia, mas se admitia para consumo próprio. Ou seja, geração termelétrica para consumo próprio, tinha essa limitação até



10 megawatts e também já condicionava a questão do gás natural, energia movida a gás natural e tinha algumas condições em relação à compensação ambiental. O licenciamento ambiental e a possibilidade de se expandir o limite de 100 megawatts mediante a lei complementar. Consultando o banco de dados da ANEEL, que é quem regulamenta todas essas termelétricas, tem-se um aproveitamento, um alto produtor de energia em São José dos Campos, que é a REVAP, ela utiliza do combustível para gerar seus processos térmicos, e refaz o aproveitamento desse recurso energético para geração de energia elétrica. Para vedar essa conversão de energia térmica em elétrica seria um desperdício de recursos energéticos. A Embraer tem uma termelétrica a gás natural, instalada em 2003, muito em sequência da questão da crise e vimos uma série de pequenas termelétricas, em grandes supermercados do município, em grandes condomínios verticais e em hospitais. Entendemos que todos esses usos não são contínuos. São geradores emergenciais que a gente tem muita dificuldade de vedar. Essa energia precisa estar acessível, mas não conseguimos garantir essa energia acessível de forma renovável. Não conseguimos ter uma energia solar acessível para um momento de emergência. Então por isso que não ficou tão explícito, no texto da Lei Orgânica, mas os dois megawatts vêm dessa colocação, dessa necessidade de acomodar. Mas a gente entende também que hoje a cidade tem uma rede canalizada, de gás natural canalizado que seria muito melhor que esses geradores não fossem a óleo diesel e sim a gás natural, por serem menos poluentes. Então a proposta de alteração que se está discutindo hoje, trazendo essa questão dos dois megawatts, a questão do gás natural e a questão das usinas instaladas, das melhores tecnologias e práticas disponíveis. A questão de medidas compensatórias e a questão do licenciamento vai ser revista baseado nas contribuições que queremos deixar clara a questão dos resíduos sólidos que vamos explicitar. O biogás é uma fonte renovável da matéria orgânica, da biodigestão. Acredita que vale essa questão da incineração da vedação de resíduos sólidos, bem como de carvão mineral, de óleo diesel, de óleos combustíveis. Vamos explicitar essa



questão dos geradores e recomendar que isso seja explicitado. E a questão do licenciamento ambiental, fazendo esse ajuste baseado na Resolução CONAMA de 86, antes da Lei Orgânica. Presidente Manara lembra que nos geradores de emergência, vamos levar também a minuta, para proposta, a necessidade de transição daqueles que têm hoje em óleo diesel, para gás natural. Livia informa que o setor elétrico brasileiro passa nos últimos anos, por profundas transformações, que leva a mudanças na matriz de geração de energia elétrica. Ao passo que no começo do século a geração hidrelétrica representava pouco mais de 90% da geração de eletricidade total. No início de 2020, foi feita essa revisão e esse percentual deve se reduzir para 60%. Vivemos em um cenário de mudança climática, de desmatamento e pela falta de chuva, esse é o principal fator de queda da geração hidrelétrica no país. Essas térmicas são acionadas e o sistema complementar, que nesse momento de crise, são energias térmicas caras. Muitas delas movidas a carvão, gás, combustíveis ou a combustíveis renováveis. Livia lembra que quando se fala dos geradores a diesel, sabemos que nesse momento que a energia começa a ficar cara. Esse cenário não é somente de São José, mas geral, uma crise tem cada vez mais uma ocorrência, mais frequente. A demanda de energia muito é maior do que a gente tinha anos atrás, embora a tenha avançado muito na eficiência energética. Livia chama a atenção para a matriz elétrica nacional, que tem os seus 80% de fontes renováveis, mas o desafio é muito maior. Quando se olha para nossa matriz energética, fala-se de 46% e a hidrelétrica só faz parte de 12%, isso porque temos muito uso de combustíveis fósseis no nosso transporte e nos nossos processos industriais que são os grandes vilões da questão de emissões nas cidades, das quais emissões que precisamos combater. Para que possamos entender hoje dentro do cenário do setor de energia nacional, o setor elétrico, em 2019, ele emitiu 56 mega toneladas de CO2, enquanto o setor de transporte emitiu 191 e a industrial 76. Quando se fala do setor elétrico, ele é muito mais eficiente mais limpo. Tirando as emissões que estão nas cidades, nas ruas, para concentrar elas de uma forma muito mais eficiente numa produção,

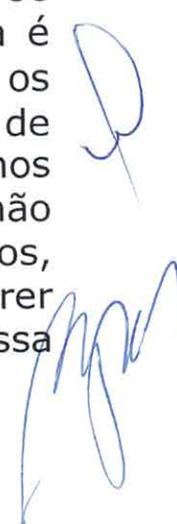
embora pareça que estamos aumentando as emissões na geração de energia elétrica, estamos tendo esse ganho. O mundo todo fala de transição energética, frente a todos esses desafios, da digitalização, das inovações tecnológicas, de mudança climática, de desenvolvimento sustentável, fontes de baixo carbono, eletrificação e o uso eficiente de recursos energéticos, ele aponta para esse processo que consiste na transformação em direção à economia de baixo carbono e menor pegada ambiental, onde há estímulos ao uso mais eficiente dos recursos energéticos e à redução da participação dos combustíveis mais intensivos em carbono. É em favor das fontes de baixo carbono, sobretudo, as energias renováveis e gás natural; como combustíveis de transição que nosso Plano Nacional de Energia, isso significa reduzir as emissões de poluentes atmosféricos aqui na cidade, melhorar a qualidade do ar, mas também significa um aumento de demanda de energia elétrica. As fontes renováveis, solar e eólica principalmente, elas têm uma característica, que elas são chamadas não despacháveis, só têm efeito de intermitência, têm momentos de maior incidência solar e incidência de ventos favoráveis a essas fontes, é o que temos colocado dentro do planejamento, geração termelétrica de complementação, por fontes fósseis e por fontes renováveis, prioritariamente. Quando a Lei Orgânica de 1990 falava em termelétrica, a gente precisa entender qual esse universo de termelétrica. Existem tipos de combustíveis, de processo, milhões de características que precisam ser levadas em conta, ou seja, termelétricas movidas a fontes fósseis, a carvão, a diesel, a petróleo, as que se utilizam do bagaço da cana de açúcar, o etanol, o biogás. Um universo muito grande, precisa ser avaliado profundamente qual é o ganho de cada uma dessas soluções. Hoje o estado de São Paulo é o maior produtor de energia no Brasil, com maior potência instalada e grande parte dessa energia já vem de termelétrica e por fontes renováveis. São Paulo é o maior produtor de cana de açúcar do mundo, e tem gerado energia com a queima do bagaço transformando em etanol. Livia menciona a fala da doutora Luciana e esclarece que começando pelo papel da União, quando se fala da Política Nacional de Mudança do



Clima, essa política menciona planos setoriais para cada área, para combater a questão do clima, mitigação e adaptação à mudança do clima. Então tem o famoso Plano ABC, que é o plano de baixo carbono para área de agricultura. Especificamente para o setor de energia, esse plano é o Plano Decenal de Expansão de Energia, revisto anualmente. Esse plano de mitigação do setor de energia nacional está de acordo, mas é preciso observar quais são os compromissos climáticos do Brasil. Ele tem que trabalhar para que o Brasil cumpra os seus objetivos, seus compromissos climáticos e o Brasil têm as contribuições pretendidas, internacionalmente determinadas, dentro do Acordo de Paris, onde se pretende reduzir de uma forma global. Não existem metas específicas para cada setor e 37% das emissões até 2025 e 40% até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060. Especificamente para o setor de energia, o compromisso é que haja uma expansão das fontes renováveis na matriz elétrica de uma forma geral, de 28 a 33% até 2030. A expansão do uso doméstico de energias é de fontes de energia não fóssil; 23% pelo aumento da participação da eólica, da biomassa e solar. A biomassa passa pelo processo de térmicas e seu alcance é de 10% de eficiência energética. Então basicamente esse é o plano e a estratégia nacional. Quando se fala da questão da expansão da matriz elétrica, estamos olhando dentro do Acordo de Paris. Espera-se que em 2030 chegue a 87% da matriz elétrica e na matriz energética, chegue a 48% de renováveis, isso tudo com a expansão de termelétricas; quando se fala da expansão de gás natural é uma expansão controlada. Não é o município de São José dos Campos que está delimitando essa política; ela vai acontecer se for a São José dos Campos ou em qualquer lugar, é uma política nacional. Então quem está definindo quem é o órgão capaz de definir a direção da política energética nacional não é o município é a União. Em relação à expansão pretendida a gente vê um grande crescimento da eólica; geração distribuída, que é essa coisa mágica, que as pessoas têm de colocar os seus painéis solares em casa, gerar excedente e conseguir jogar na rede. Tem uma série de complicações, em termos do quanto que se pode abater ou não, mas é um modelo que se prevê uma grande expansão

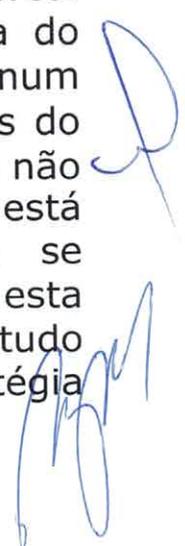


da energia solar. O gás natural com uma expansão, biomassa, PCH, solar, a redução significativa do carvão e do óleo diesel, quase não representando nada dentro do setor elétrico. Para gerar energia tem outros impactos que precisam ser considerado e esse plano leva em consideração se existe uma matriz, uma análise integrada de impactos ambientais, considerando cada uma das regiões onde estão planejadas e cada um desse tipo de geração, fonte que vai ser gerada. Livia apresenta uma matriz onde mostra um pouco dos projetos, desde as hidrelétricas, as térmicas, combustíveis, biomassa e a eólica, em cada região e os possíveis impactos. Esclarece que quando se fala de eólica, vemos impacto sobre a fauna, sobre organização territorial, sobre a vegetação nativa. Quando se fala da qualidade do ar, as térmicas a fósseis, que é o gás natural, chama a atenção pela relevância desse tema, já que há necessidade de expansão no Sudeste, já que é aqui onde estão os gasodutos, todas as nossas reservas de gás natural e o cuidado devido a questão da urbanização. Reconhece o gás natural como um combustível fóssil de menor fator de emissões de poluentes atmosféricos, não só a questão climática, mas atmosférica e os altos graus de urbanização, mas acha importante destacar todos os projetos termelétricos que constam desde a sua concepção, com equipamentos e medidas de controle de emissões e cumprimento dos limites estabelecidos pela legislação adicionalmente, para verificar os efeitos da inserção de novos empreendimentos em locais onde há outras fontes de poluição e são usualmente empregados modelos computacionais para avaliar a viabilidade e possíveis adaptações necessárias, ainda durante a fase de planejamento, ou seja, só se implementa uma termelétrica se houver viabilidade ambiental para se instalar naquele local. Explica que o desafio da energia é muito grande, não existe uma solução única para atingir os objetivos da energia sustentável. Quando se fala de renovável, fala-se de carbono e quando se fala que temos que investir em renováveis que não emitem carbono, não necessariamente eles não emitem poluentes atmosféricos, então a questão global climática, efeito estufa vai ocorrer de qualquer forma. Então a nível nacional precisa dessa



estratégia consolidada não só em São José, mas a nível nacional. Quanto à questão de poluentes atmosféricos locais precisa ser colocada, vista, pois impacta na qualidade de vida e na saúde da população e hoje nas cidades temos as fontes fixas, que são as indústrias e as fontes móveis, o transporte. A política estadual de 2013 trabalha nessas duas linhas de frente, o plano de controle de emissões atmosféricas e um plano de controle de emissões veiculares e um plano específico para as fontes estacionárias, nas quais as termelétricas se encaixam. Existe uma série de elementos desse plano, como a classificação da qualidade do ar, inventário de fontes fixas, a lista de empreendimentos, metas, convergência com a política climática, incentivos fiscais, práticas e técnicas disponíveis, expansão da rede de monitoramento e a questão da renovação da licença de operação. Livia destaca que o órgão competente pela execução desse plano é o órgão estadual, a CETESB e que não compete ao município ter essa lista de fontes fixas, fazer licenciamento ambiental; controlar essas fontes de poluição. O que foi dito sobre o licenciamento ambiental de termelétricas inferiores a 10 megawatts e superiores a 10 megawatts que é de competência da CETESB e para isso ela também utiliza como referência para ambos os casos os padrões da Resolução CONAMA, que vai controlar não só as fontes fixas que produzem energia elétrica, mas outros processos, como a questão da fabricação de celulose, a fabricação de alumínio, cimento; que geram poluentes atmosféricos no processo de combustão. Existe um guia de melhores tecnologias e práticas disponível, para cada tipo de combustível e que hoje está no mercado para controlar os poluentes e é aplicado no licenciamento ambiental dessas fontes. Quando se fala do gás natural, um pouco defasado, mas ilustra a diferença. O carvão mineral emite cerca de 900 quilogramas por megawatts e o óleo diesel, numa indústria de ponta, está emitindo 700 quilogramas por megawatts e quando fala do gás natural, a escala de trezentos e pouco a duzentos e poucos quilogramas por megawatts gerados, uma redução significativa. Trazendo um pouco do monitoramento da qualidade do ar, São José hoje tem duas estações pela CETESB. A política estadual

trabalha com uma classificação de municípios e a cada três anos, se avalia e essa média delimita as ações para os próximos três anos. Estamos com esse documento vigente, que considera a média de 2016 a 2019. Tem efetividade para as políticas públicas de 2019 a 2022. A meta é para ter um padrão de qualidade, tem cinco metas e São Paulo hoje está caminhando a partir do começo de 2022 para implementar a meta dois. Então é um caminho de avanços tecnológicos, de medidas de controles que permitem que passo a passo as cidades caminhem para melhoria da qualidade do ar. E hoje São José tem material M3 para SO2, M3 para NO2 – que é precursor do ozônio e atinge a meta final. E para o ozônio, M3 essa deliberação do CONSEMA de maio de 2021 aprovou essa meta dois e passa a vigorar para a partir de 2022, todos os processos de licenciamento, considerar esse alcance da meta dois. Não se admite que uma adicionalidade comprometa essa meta dois. Em São José dos Campos em relação ao ozônio em 2013 era maior que M1, uma qualidade ruim, mas o que o que se vê é a evolução desse índice. Em 2013, 2015, atingiu o seu M2 e 2016 a 2018 M3. Assim, permaneceu na M3, muito próximo da meta final de qualidade do ar. Para completar Livia informa que veio a público a informação de que São José dos Campos era um dos 15 maiores emissores de gás de efeito estufa do estado de São Paulo, baseado no anuário energético do estado. Nada mais natural de que uma cidade de 700 mil habitantes, uma das maiores cidades do estado de São Paulo onde consumimos a mesma energia que todos eles e vivemos numa sociedade muito parecida. Então temos São Paulo, Guarulhos, Campinas, Cubatão, Santo André, São Bernardo e São José não poderiam estar fora dessa lista de grandes emissores. Somos também os maiores consumidores de energia do estado. Quando se fala de energia elétrica, se vive num sistema integrado de energia elétrica e essas emissões do setor elétrico, não são geradas em São José. São José não gera a sua própria energia, não tem autonomia e está dentro desse sistema integrado, não tem como se desconectar. São José recebe energia da EDP e esta compra essa energia no mercado, em leilões. Então tudo está muito ligado àquela política, àquela estratégia



nacional, então quem vai direcionar a redução de emissões do setor de energia elétrica no município vai ser a política nacional. Assim o município como grande consumidor de energia, assim como outros grandes consumidores podem escolher qual energia vai comprar. É isso que São José está fazendo, a frota elétrica, a iluminação de LED, reduzindo então o consumo de energia, a Linha Verde com a substituição do diesel, de toda a poluição local, para um veículo elétrico. Manara lembra que outro investimento importante que vai resultar em 13 mil viagens de caminhão a menos dentro de São José dos Campos, é a chegada do duto de etanol. Esse etanol vinha movimentado por caminhões por anos, serão evitadas essas viagens de caminhão da área urbana de São José dos Campos com a chegada do duto. Livia continua sua apresentação falando sobre a energia verde, opção hoje que a prefeitura tem feito como grande consumidora é a adquirir no mercado livre de energias comprovadamente sustentáveis, energia verde que passa pelas PCHs, pela eólica, pela solar e pela termelétrica biomassa. Não necessariamente essa energia vai ser gerada no município de São José dos Campos, vai ser entregue ao município, provavelmente, energia solar e a biomassa. Na questão da geração distribuída, a prefeitura vai gerar a sua própria energia e vai ter esse desconto na conta de luz, mas existe uma limitação hoje na legislação, dos cinco megawatts. E tudo isso vai abastecer não só os prédios públicos, como também a mobilidade, no projeto da linha verde e os carros elétricos, conseqüentemente. São José dos Campos desde 2017 tem o IPTU Verde para questão dos painéis solares em residências. Em 2018 trouxe incentivo à energia solar, às energias renováveis através do fator de sustentabilidade do plano diretor, da outorga onerosa. Em 2019, se avançou um pouco mais, trazendo o conceito de áreas sustentáveis onde se abriria a possibilidade para outras tipologias, que não adotaria a outorga como indústrias, supermercados a utilizarem e terem essa obrigação e poderem optar pelo painel de energia solar. E por fim, o Código de Obras, traz essa visão de construções sustentáveis no qual a parte de eficiência energética é muito importante e também de geração e vai entrar como contribuição às energias renováveis no



município. Manara agradece a Livia e pede que se inscrevam no chat para participação. Com sete conselheiros inscritos, Manara passa a palavra para Ricardo Law a se manifestar. Ricardo Law cumprimenta a todos e começa sua participação, fala com relação à forma como foi colocada a proposta da lei. Ficamos impactados com a notícia e com a informação, em razão da forma como isso foi levado. Já se colocou perante o Secretário com relação ao assunto, para que tenha transparência e sejam mais claros na forma de comunicar para que isso não ocorra novamente e que o COMAM seja o primeiro, a saber, de forma muito clara, muito transparente esse tipo de notícia. Estamos vivendo muito ainda, em função do passado. A Lei Orgânica, de São José dos Campos. Quando foi promulgada em 1990 e no seu Artigo 239 está muito claro "É vedada a instalação de usina termelétrica no município." Agora, óbvio, esse conceito bastante amplo, de interpretação do que vem a ser uma usina termelétrica e que isso ficou durante décadas e ao longo desse tempo, de 1990 para cá, ficamos sabendo que a Embraer já tinha instalado uma usina termelétrica dentro da sua unidade fabril. Em terceiro lugar, para finalizar, quero colocar que estamos, desperdiçando as energias que já temos, principalmente as renováveis. O próprio aterro sanitário de São José tem um projeto antigo, de décadas, para aproveitamento do gás metano, que é queimado no aterro. E esse gás poderia ter sido aproveitado para geração de energia elétrica. Lembra que São José do Rio Preto utiliza o gás metano. Acredita que estamos desperdiçando energias já existentes. O foco seria de não ficar discutindo alterações onde vai ter um impacto socioambiental muito grande, afetaria a saúde da população não só de São José, como do Vale do Paraíba. Queremos qualidade de vida, tecnologia, inovação. Mas nós queremos também, o que é menos impactante, é renovável e o que menos pode impactar na nossa vida. Junto com isso, geração de emprego também, que eu acho muito importante pensar nisso, nas várias frentes de trabalho que podem abrir. Temos um potencial enorme para liderar pelo menos na região do Vale do Paraíba. Muito obrigado. Manara agradece Ricardo Law e passa a palavra para Fabiano Porto que agradece pelas colocações dos cientistas,

as análises técnicas são muito importantes e acima de uma questão de legalidade, nessa questão do que está na alçada do município. Acredita que é importante como conselheiro, observar de uma maneira abrangente essa situação, porque ninguém quer uma termelétrica. Isso é um assunto que hoje a gente falando de ODS, de Plano de Paris, agora ISD, cada dia mais isso vindo, se tornando uma realidade, por uma questão de necessidade mesmo. Ninguém quer uma termelétrica, mas tem certeza que ninguém quer mais ainda ter que, por exemplo, parar fábrica porque não tem energia ou porque alguma questão, de ter que funcionar, por exemplo, as dezenas de termelétricas que temos distribuídas pela cidade, em hospitais e prédios públicos. Então é importante que a gente acompanhe esse desenvolvimento da sociedade e a cidade que a gente está. Com certeza nós iremos atrair a indústria muito mais forte aqui para a cidade, a demanda vai aumentar robotização, automação, eletrificação de frota. Isso vai aumentar muito e de forma muito acelerada a demanda energética da sociedade como um todo. Então nós temos que dar uma solução, a conversão das termelétricas de carvão, eventualmente, diesel, para gás natural já é um avanço. Temos também que avançar em outras malhas renováveis, em formas distribuídas, incentivar que as pessoas adotem nas residências em forma de comércio, associações. Permitir legislações modernas para que possam ter adoção desse tipo de políticas distribuída de energia elétrica renovável. Envolve diversos aspectos, não podemos olhar só como uma solução definitiva. Pela relevância do tema, hoje de 30 a 40% de todo o custo que existe na sociedade vem da energia. Então é um tema central, dentro da sociedade. A energia, talvez, é um dos mais relevantes que existe. Então até por essa relevância não seria uma crise a palavra certa, mas esse alerta gerou na sociedade pela maneira como foi colocada a ideia que poderia ser convertido em uma oportunidade de fato, nos debruçarmos sobre esse tema e adotarmos, quem sabe, deixando uma sugestão, para caso os colegas avaliem de repente a viabilidade de nós adotarmos uma Câmara Técnica Permanente de Energias Renováveis ou algum outro termo correlato para que a gente possa trabalhar de fato nessa

questão. É uma segurança energética para o desenvolvimento de uma cidade como São José, que tem no seu DNA a tecnologia, a automação e a tecnologia de ponta, espacial, enfim, altas demandas de energia que é o que estamos falando. Então, para ser breve Fabiano acha o tema complexo e que precisa ser trabalhado de forma distribuída e para isso seria a composição de uma Câmara Técnica Permanente para de fato se debruçar sobre o tema e encontrar soluções, alternativas, e conseguir fazer de São José uma cidade que não tenha risco de ter escassez de energia e que também não fique atrás em termos de energias renováveis. Finaliza e agradece a atenção de todos. Manara agradece Fabiano e passa na sequência a palavra para Juarez que cumprimenta a todos quer fazer alguns esclarecimentos, lembra o início da reunião referente às falas a respeito da questão da supressão de vegetação na área urbana. Aproveita a oportunidade para esclarecer aos conselheiros e para todos que acompanham através das redes sociais, que existem critérios para supressão de árvores. As árvores não são suprimidas aleatoriamente na cidade. A prefeitura tem respondido alguns munícipes que entram com processo de indenização por conta de queda de árvores. Por esse motivo, a Secretaria, houve por bem, contratar uma empresa para trabalhar num plano de arborização com cadastramento arbóreo. O município está com mais de onze mil árvores cadastradas, mais de 600 laudos feitos do ano passado para esse ano. Temos também o programa Saúde das Árvores, especialmente nas grandes avenidas, por exemplo, Cidade Jardim, onde tem várias paineiras de mais de 18 metros de altura, temos que ver a saúde fitossanitária dessas árvores. É uma responsabilidade nossa, cuidar do patrimônio arbóreo que temos. Basicamente, essas árvores, algumas são suprimidas, estão em estágio avançado de vida na área urbana devido ao local que ela se encontra. Normalmente ocorre nos bairros mais antigos da cidade. Esclarece que o plantio no mesmo local nem sempre é possível, pois existe o toco, as raízes e por esse motivo que já apresentamos na plenária do COMAM, em reunião passada, a possibilidade de prospecção de novos locais de plantio. Informa que há a

prospecção de 30 mil novos locais de plantio, para atender o Plano Municipal de Arborização, que vai até 2029, nos próximos oito anos, com 55 mil árvores plantadas. Aproveita para registrar que já iniciou o plantio na Linha Verde ainda não inaugurada. Está em fase de construção, mas já foram plantadas as árvores compensatórias. Está no Parque Santa Júlia, se algum conselheiro ou membro do COMAM quiser conhecer o plantio, com cinco mil árvores plantadas. A meta é plantar treze mil árvores no Parque Santa Júlia. Foi criado e será inaugurado brevemente, o Parque do Cerrado, o primeiro parque municipal que se tem história, unidade de conservação municipal, que o Secretário Manara depois, pode tecer mais detalhes. Temos também o programa de revitalização das nascentes que completou quinze anos. No dia Mundial da Água foi lançado o livro sobre as nascentes. Informa que a cidade tem mais de vinte pomares nativos feitos nas regiões urbanas da cidade e as hortas escolares. Com o apoio do COMAM, um trabalho com as abelhas sem ferrão nas escolas. Essas abelhas, das quatrocentas espécies mundiais, temos mais de trezentas espécies no Brasil, grande responsável pela manutenção da Mata Atlântica. Juarez lembra que está sendo feito um trabalho muito forte com relação aos muriquis e pretendemos que São José dos Campos seja a capital dos primatas. Um evento foi feito no mês do meio ambiente, em junho, com a presença das cinco maiores autoridades mundiais que trata do tema do primata, como doutora Karen, o professor Fabiano, em São Francisco Xavier já tocando um projeto de identificação dos locais onde vivem os muriquis com os pesquisadores. Um projeto importante na região de São Francisco que é do Fundo Nacional do Meio Ambiente, reflorestamento de mais de 98 hectares, 34 produtores rurais que fazem parte desse projeto onde temos os pagamentos por serviços ambientais. A fiscalização do Observa, um projeto muito importante para a cidade, que ajuda na fiscalização. Através desse programa, nós estamos com várias ações demolitórias em locais que não se pode construir e intervenções em áreas de preservação permanente, sendo notificadas pela Divisão de Controle Ambiental da SEURBS. Para concluir a apresentação, Juarez apresenta vários locais

da cidade que estão recebendo nova arborização e que estamos procurando fazer a nossa parte com a participação da população e fazer o melhor por São José. Manara agradece Juarez, com a continuidade da manifestação dos conselheiros, Rodolfo Venâncio, Ronaldo Rodrigues, Vinicius Correia, Lincoln Delgado e Fabiana Vieira, encerrando os conselheiros. E após temos José Moraes Barbosa, Lucas Lacaz, Márcio Pereira da Silva, Leonardo Magno e Gabriel, inscritos e aí encerramos esse item na pauta, mas ainda teremos tempo, que são dois assuntos mais rápidos, que é a posse dos membros da Câmara Técnica e o Edital de Chamamento. Pede que todos que estão via remota migrem para a terceira plataforma. Com a palavra Rodolfo Venâncio, inicia sua apresentação complementando a informação da engenheira Lívia em relação às tecnologias sustentáveis, ressalta a questão das emissões geradas pelos deslocamentos, pelos veículos. E de forma assertiva, conseguimos incluir no nosso plano diretor aprovado em 2018 e na Lei de Zoneamento em 2019, a figura das centralidades, que é uma proposta, uma inovação implementada na nossa legislação, para que tenhamos o melhor aproveitamento das atividades, dos usos possíveis de determinadas regiões da cidade, que denominamos de centralidades. Dessa forma, contribuir para uma redução dos deslocamentos, naturalmente as pessoas têm aquele movimento pendular: região sul em direção ao Centro. Região leste em direção ao Centro. Região norte em direção ao Centro. Sul, leste. Leste, norte. Norte, sul. Sul, oeste, o que gera um aumento considerável de veículos. Viagens realizadas tanto em veículos a álcool, gás, diesel, que, conseqüentemente, geram um número considerável de emissões. Nós vemos que um dos maiores vilões nas emissões são os veículos. A queima de combustível fóssil, pelos deslocamentos promovidos pelos veículos. Tivemos a inovação implementada na legislação das centralidades, uma contribuição considerável para essa redução destes deslocamentos. A legislação aprovada em 2018, plano diretor e 2019 a Lei de Zoneamento. Tivemos mais de um ano e meio de nova legislação, a consolidação dessas centralidades e estamos verificando pelas aprovações de projetos, que as regiões da cidade, que anteriormente

tínhamos uma concentração de aprovações de projetos, na região sul, na região leste, agora ela vem com uma distribuição muito mais equilibrada, por todas as regiões da cidade, isso sem dúvida se dá pelo fomento, pelas novas tecnologias implementadas, pelos novos parâmetros definidos na nossa legislação, tanto a Lei de Zoneamento, quanto do plano diretor, isso vem fomentando para que tenhamos uma distribuição das edificações de uso misto, principalmente. É uma das atividades fomentadas pela nova legislação, essa consolidação desses usos mistos, facilitando e contribuindo para que a gente não tenha tanto deslocamento entre as regiões da cidade. Então é importante Secretário, frisar que tivemos patente para a cidade toda, vê que a construção civil vem num desenvolvimento muito intenso, desde o início da pandemia e foi um dos setores que não teve restrições de trabalho, de funcionamento e verificamos nas aprovações de projetos, um aumento de quase 100% comparado com o período pré-pandemia. E essa distribuição desse aumento, como já falado de forma praticamente equilibrada em todas as regiões da cidade. E com um aumento considerável destes usos mistos, vem ao encontro daquilo que a gente deseja. Acertamos, de forma correta, na implementação do plano diretor e na Lei de Zoneamento, na figura das centralidades e do fomento dos usos mistos. E finalizando como a Lívia já pontuou é concluimos agora, no segundo semestre o texto do novo Código de Edificações. No início do segundo semestre, deveremos ter a aplicação do novo Código de Edificações, que venha consolidar a utilização de tecnologias sustentáveis, definindo aí uma pontuação para os construtores ter que atingir uma pontuação básica, com adoção de tecnologias sustentáveis. O que vai vir, obviamente, a fomentar ainda mais essa tipologia nova. Essa tipologia inovadora de edificações que vai contribuir, com certeza, ter uma redução de emissões. E uma otimização da utilização energética na nossa cidade. Manara agradece Rodolfo e passa a palavra para Ronaldo diretor da Secretaria de Mobilidade que inicia parabenizando a apresentação de todos e aproveita para falar a respeito das ações da mobilidade, que vem muito de encontro ao tema da parte de energias elétricas,

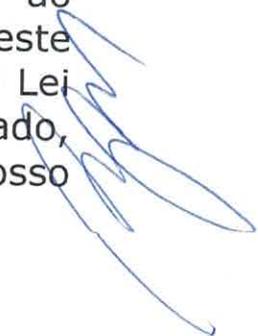
alternativas e incentivam uma possível mudança de matriz modal. A questão da ciclovía, a ampliação que em 2016 tinha aproximadamente 78 quilômetros de sistema cicloviário e hoje está com mais ou menos 150 quilômetros. A secretaria está trabalhando com outros projetos de interligações de regiões, região leste ao Centro e a ampliação do sistema da Linha Verde. Vinculado a ela, tem o VLP, que é um importante primeiro veículo leve sobre pneus, que foi feito no Brasil. Uma inovação de São José, os veículos compartilhados que está sendo implantado. Tivemos um período de bicicleta, que se compartilhasse também, no município, que estão retornando. São José a cidade inteligente, tá sendo a primeira do Brasil a ser classificada, "smart city". Então isso vai muito de encontro a essa necessidade de ter essa questão da energia, dos veículos elétricos. Reduzir o veículo em circulação, dando incentivo para a ciclovía, também com o veículo de transporte público, dando uma qualidade e conforto, ar condicionado, USB, isso tudo vinculado ao consumo de energia dos veículos de transporte municipal e outras ações que faremos em conjunto com a secretaria de meio ambiente, já que algumas árvores são suprimidas mediante alguma obra, mas tentamos desenvolver e de forma com que ela tenha o menor impacto na supressão, desviando de uma árvore, mas todas elas mediante a compensação e da melhor forma possível, tentando fazer o plantio desses tipos arbóreos na própria área e também a compensação, de forma mais imediata. Manara agradece e passa a palavra para Vinicius Correia da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico. Apresenta-se como gestor do Ponto Rural, apresenta o rural de São José dos Campos, em que pese poucos saberem, demanda um território de 68% do município. Acredita que a zona rural tem uma relevância fundamental em relação ao clima do município, ao microclima. Ali existem famílias, produtores e um dos grandes gargalos da zona rural é a questão da energia elétrica onde muitos produtores rurais em que pese São José ter uma cobertura vegetal gigantesca, muitos desses produtores vivem da sua produtividade e vários produtores já perderam inúmeras vezes a sua produção semanal de leite, porque simplesmente de um batedor, de um tanque



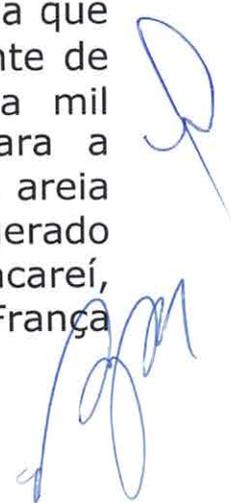
porque faltou energia elétrica. Falta realmente energia elétrica na zona rural, sempre há queda de energia elétrica e eles buscam possibilidades alternativas. Um sistema de alimentação termovoltáica não é suficiente para segurar uma produção de uma fazenda, porque isso envolve resfriamento e batimento do leite. São José tem mais de 400 pequenos produtores rurais e alguns grandes, que alimentam as redes de "fast food" norte-americanas através da carne que é produzida aqui e pequenos produtores que produzem o seu queijo e é vendido em vários estabelecimentos comerciais do município. Temos produtores rurais que perderam tanque em ambiente lântico, que precisa de aerador para bater essa água, para aerar essa água. E por falta de energia elétrica teve mortandade de peixe. Ressalta que é necessário que haja uma reflexão sobre a expansão das matrizes energéticas, não falando de indústria, porque é o tema nevrálgico do momento. Mas lembrando do pequeno produtor rural, os commodities salvaram a economia do Brasil, mas quem coloca comida na nossa mesa é o pequeno produtor e precisa de alternativas na zona rural para ele continuar produzindo para ele manter o seu estoque e para nos alimentar. Todos que estão assistindo a gente aqui com o computador ligado em casa, porque tem energia elétrica alimentando e muitos com ar condicionado ligados, se a tarde for um pouco mais quente. Vinicius acredita que é preciso olhar para tudo isso com um pouco mais de carinho nas possibilidades de poder atender os pequenos produtores, porque eles precisam de alternativas. Tem produtor que está criando uma micro usina de dejetos dos porcos, canalizando esse metano e reutilizando na sua produção. Mas não são todos que têm essa capacidade, assim é necessário que pensemos numa pulverização de matriz energética para a zona rural de São José dos Campos. Finaliza agradecendo a todos. Manara lembra que Vinicius veio fazer a reivindicação da nossa roça e o parabeniza novamente pela condução do Ponto Rural, um programa de grande sucesso, belíssimo. Com a palavra Lincoln Delgado, que cumprimenta a todos e informa que vai reforçar uma proposição do Fabiano, acha que o tema é espinhoso. Lembra que em outras ocasiões houve discussão

sobre termelétrica, em São José por duas vezes e uma no fundo do Vale. São José sempre capitaneando e sempre foi um tema que dividiu a sociedade civil. Reforçando o que Fabiano sugeriu, para que possamos montar uma Câmara Técnica que tenha um prazo determinado para uma deliberação, mas que possamos amadurecer essas propostas que aqui foram feitas e de outras que possam chegar. Para amadurecer a questão e ter um instrumento mais participativo e mais recheado de opiniões técnicas e opiniões da sociedade civil. Aproveitando que será dada posse a três Câmaras Técnicas hoje, que se possa constituir uma quarta específica para assuntos de energia e para esse assunto da termelétrica. Finaliza com um abraço para o amigo Carlos Bocuhy. Manara agradece a Lincoln e concede à palavra a conselheira Fabiana que vem corroborar com a opinião do Lincoln e do Fabiano. Acha que a Câmara Técnica é importante, o assunto, matriz energética, precisa ser discutido com muita responsabilidade e muita profundidade e aproveitar, já que vai ser feita uma mudança na lei, que faça uma mudança na lei que abranja todas as nossas necessidades futuras. Fabiana diz não estar convencida até hoje do por que não pode incinerar lixo, se pode enterrar lixo, contaminar o lençol freático. Cria-se aterro sanitário a perder de vista na cidade e não pode fazer uma incineração. Então são assuntos que precisam ser discutidos com mais profundidade. Sugere que sejam chamados alguns especialistas para expor no COMAM, que tipo de matriz energética seria viável para nossa região. A construção civil entende que a gente vai precisar de mais oferta de energia elétrica, já que hoje em dia tudo se liga na tomada. As pessoas querem tudo elétrico em casa. Para que as pessoas possam ter carro elétrico, elas precisam ter energia elétrica, a minha contribuição é de que se debata mais profundamente o tema e após tiver estabelecido quais são as matrizes energéticas viáveis financeiramente e ecologicamente para a região, entra com o consenso e faz a alteração na lei de uma vez por todas. Manara agradece Fabiana e vai dar a palavra a mais cinco participações, pede a todos os convidados para se organizarem na fala em razão que tem apenas meia hora para fechar os outros dois pontos de pauta da reunião, lembrando sempre, que é um

pedido da doutora Fernanda Fowler, de inversão da pauta. Então esses dois temas ficaram por último. E temos que cumpri-los. Concede a palavra ao professor Moraes que se apresenta como parte da Frente de Defesa do Direito à Cidade Esperta São José. Informa não ser industrial ou comerciante, sim ambientalista, professor, ciclista e poeta. Indaga aos presentes e para os que estão via remota que quando foi introduzida na Lei Orgânica Municipal de 1990, foi proibida a instalação de termelétrica no município de São José dos Campos, ou seja, há 31 anos. Na época, uma grande conquista para São José dos Campos, que foi justamente introduzir a proibição de termelétrica, pois já tinha ciência que já convivia com inversão térmica, convivia aqui com chuva ácida, com ozônio troposférico. Informa ter recorrido a vários segmentos da sociedade joseense, ao INPE, técnicos, pesquisadores, e inclusive se apoiou num estudo muito aprofundado da doutora Lycia Nordeman, do INPE. Não sabe se é de conhecimento da doutora Livia, mas em 1990, a velocidade média anual dos ventos no Vale do Paraíba era de 1,5 metros por segundo, fazendo a conversão disso para quilômetros por hora não chega a seis quilômetros. Então toda a poluição produzida aqui ficava aqui e fica aqui. Acredita não precisar ser um "expert" no assunto, basta observar o céu, que se nota realmente, que nós vivemos com uma poluição intensa. Principalmente no outono e no inverno que convivemos com inversões térmicas muito sérias. Pergunta qual é o percentual de doenças respiratórias atualmente em São José dos Campos em decorrência da poluição. Tudo isso foi pensado em 1990, e agora, infelizmente, o prefeito envia para a Câmara Municipal uma emenda à Lei Orgânica Municipal, para alterá-la, a título de permitir a instalação de termelétricas a gás natural. Como se petróleo também não fosse natural. Como se carvão não fosse natural. Enfim, essa discussão, tinha que ter sido feita antes, no Conselho Municipal do Meio Ambiente. A maioria da população não tem acesso a essa informação. Moraes conclui fazendo um apelo ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, que se manifeste contrariamente à aprovação dessa mudança na Lei Orgânica Municipal e que se faça um estudo apurado, minucioso sobre as questões ambientais do nosso



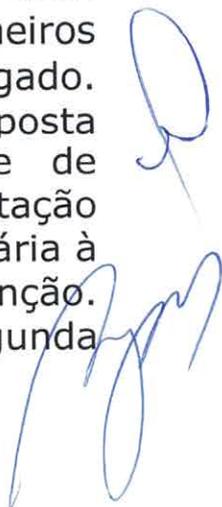
município. Há divergências em relação aos dados, com relação à CETESB, com relação ao INPE, com relação a outros institutos de pesquisas que tratam da questão ambiental. Há divergências com relação aos dados, sugere estudar mais profundamente esse quadro para que tenhamos embasamento, para que não cometamos os mesmos equívocos que ocorreram com a grande São Paulo. Fabiana pede a palavra para pedir que Manara convide a EDP para explicar qual era o plano deles de expansão de rede e para atender esse nosso projeto de centralidades qual a situação do setor energético na nossa região? E o risco que a gente vai correr? Quando esse risco pode chegar? Da gente ter uma falta de energia? De ter um apagão? Manara registra a solicitação e irá convocar a EDP para um assunto específico. Manara lembra que a EDP é uma compradora de energia também, e a quem cabe falar sobre isso, sobre os riscos, são as geradoras de energia. Passa a palavra para Lucas Lacaz Ruiz, da Rede Agroflorestal acredita que o seu pensamento é um pouco na linha do Moraes, que não está havendo um diálogo com a população. A gente vê uma quantidade enorme de resíduos que estão sendo levados para o aterro e aterrado. Não vejo por parte da prefeitura nenhum movimento que incentive os catadores de reciclado. Não vejo por parte da prefeitura nenhum movimento que seja de incentivo de pessoas fazerem a compostagem. E eu discordo que fazer um trabalho em São Francisco Xavier é que não é uma zona sul, vá impactar alguma coisa. Que a prefeitura faça um trabalho de recolhimento de folhas e flores de áreas verdes e colocar dentro de saco plástico por parte da URBAM. Conclui que é preciso puxar o freio de mão, breicar e saber o quê estamos querendo fazer, porque acredita que estamos vivendo realmente uma loucura. Manara agradece a Lucas e passa a palavra para Márcio Pereira da Silva que parabeniza pela iniciativa de São José saindo na frente de novo. São José gera de lixo em torno de 750 a mil toneladas/dia de lixo e importa toda a areia para a construção civil de São José. Não gera um grão de areia para sua própria construção civil e o entulho que é gerado pela construção civil, cerca de 70% vai para Jacareí, Jambeiro, Caçapava. Hoje na Europa, China, Japão, França



já estão queimando lixo com poluição quase que zero, dentro dos índices permitidos. José Moraes se impressiona de não existir um projeto ainda conclusivo, com a competência de avaliação da CETESB. Manara agradece Marcio e passa a palavra para Leonardo Magno e depois encerra com o Gabriel. Manara pede que cada um fale em dois minutos para poder atender em 20 minutos dois itens da pauta. Destaca que podem contribuir por e-mail para a Secretaria Executiva para aqueles que participaram aqui hoje e entendem que querem complementar alguma informação, fiquem à vontade de encaminhar por e-mail. Com a palavra Leonardo Magno do Instituto Lixo Zero Brasil, São José dos Campos, elogia o Secretário, pela condução da Secretaria, sua gestão, com muita maestria, mas acredita que foi um erro da assessoria em não levar uma matéria de suma importância, que é a Lei Orgânica, como se fosse a Constituição do município a julgo público, partindo desse Conselho que representa a sociedade na matéria ambiental. Somos favoráveis a estudos e implementação de energias renováveis no município. Apoiamos projetos, mas pede que tenha diálogo e transparência. Manara agrade a contribuição de Leonardo e passa a palavra para Gabriel, que solicita que seja identificada a servidora Livia é efetiva e sua especialização. Manara responde que ela é Engenheira Ambiental e concursada efetiva. Gabriel pergunta sobre a apresentação dos gráficos e as fontes da apresentação e se ela fala em conclusão pessoal ou pela Secretaria e solicita a disponibilização desse estudo. A segunda questão que apresenta é que desde que participou do Conselho Gestor do Plano Diretor como representante, fazia o questionamento de alguns documentos técnicos, alguns estudos que são necessários previamente, antes de se lançar qualquer proposta que embase uma legislação. Informa que ainda faltam um conhecimento ou publicidade, um inventário ambiental, com diagnóstico das emissões de poluentes e as medidas mitigadoras. Quanto à questão de energia, o município é vedado pela Constituição a legislar sobre energia, inclusive, a emenda que ocorreu em 2002. A procuradoria da Câmara está alertando novamente nessa proposta de emenda à Lei Orgânica. Mas ainda que haja



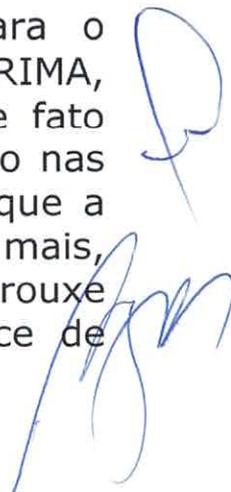
uma demanda de energia, uma demanda econômica, haja uma questão de resolver a problemática dos resíduos sólidos, acha que tudo tem que se preceder de estudo, diagnósticos. Com as medidas mitigadoras, após um amplo debate, como a legislação exige; poder se chegar num consenso ou num dissenso e formular a política pública mais adequada. Gabriel pergunta se existe um inventário ambiental, um mapa de macrodrenagem, se foi discutido, se tem o plano diretor, tem que passar por um diagnóstico preliminar e atender as condições da legislação e não está sendo feito as políticas de mitigação para conter todas essas emissões e esses poluentes. Gabriel pede que seja consignado em ata. Manara agradece Gabriel e entra na apresentação da posse dos membros das Câmaras Técnicas Permanentes. A Câmara Técnica do Fundo Permanente, como representante da sociedade civil, Renato Veneziani, Wagner Orlandi e Lincoln Delgado. Como representante da prefeitura, Leonardo Luquini, Teles Eduardo Pivetta, Maiara Resende. Na Câmara Técnica Permanente de Arborização: Ricardo Law, Roberto Alves Cunha, Fabiano Porto, como representantes da sociedade civil. Fabiane Freitas, Francisco Godoy, Andrea Sundfeld como representante da prefeitura. Resíduos Sólidos: Fernanda Fowler, Valdirene Aparecida, Marcos Aparecido, como representantes da sociedade civil. Leonardo Luquini, Rodrigo Romanini, Marcos Almeida como representantes do poder público. Lembra que as Câmaras Técnicas Permanentes onde existiram mais inscritos pela sociedade civil do que vagas, as próprias organizações, elas negociaram entre si quem seriam os representantes. Então parabéns e bom trabalho a todos. Agradeço em nome do COMAM, em nome da cidade, a disposição do voluntariado em participar de Câmaras Técnicas permanentes, tão importantes. Também no item Câmara Técnica, Manara informa que dois conselheiros apresentaram sugestões, Fabiano Porto e Lincoln Delgado. Primeiro Lincoln Delgado apresentou por e-mail a proposta de criação de uma Câmara Técnica Permanente de Unidades de Conservação. Manara coloca a manifestação dos conselheiros se alguém tem alguma questão contrária à constituição. Nenhum conselheiro contrário ou abstenção. Então proposta do conselheiro está aprovada. Segunda



proposta de Fabiano Porto e Lincoln Delgado de constituir uma Câmara Técnica Permanente para Energias Renováveis. Manara pergunta se algum conselheiro é contrário a essa criação ou quer se abster? Aprovado por unanimidade a criação da Câmara Técnica Permanente de Energias Renováveis. Informar que a Secretaria Executiva vai encaminhar por e-mail a estratégia de composição que seguirá o mesmo desempenho do que foi adotado para constituição dessas três que tomaram posse hoje. O COMAM passa a ter cinco Câmaras Técnicas permanentes. Manara parabeniza os conselheiros ao se prestarem a esse desafio e lembra da responsabilidade, pois são muitas reuniões, muitas decisões que exigirão muito dos seus participantes. Mas parabeniza a todos pelo espírito cidadão. Por ultimo ponto Manara informa a respeito do chamamento do projeto de financiamento do FUNCAM onde o recurso depositado do Fundo Municipal do Meio Ambiente, vai ser aberto, democratizado para interesse de organizações que queiram pleitear e apresentar projetos na área ambiental. O FUNCAM vai liberar recurso para esse chamamento, lembrando que é um valor de até 100 mil reais por projeto e um total do orçamento do FUNCAM de 200 mil. Explica que, se chegarem dois projetos de 100 mil, esses que vão ser atendidos. Se chegarem quatro projetos de 50 mil, serão os quatro atendidos, atendendo ao limite de 200 mil reais por ano. As propostas recebidas tratam de resíduos sólidos, fauna silvestre, agricultura urbana e educação ambiental. Manara pede que Ricardo Law apresente sugestão ou proposta de outro tema. Ricardo sugere as construções sustentáveis e as energias renováveis. Manara agradece a Ricardo e apresenta ao conselhos os temas para deliberação: resíduos sólidos, fauna silvestre, construção sustentável, agricultura urbana, educação ambiental e energia renovável. Os temas foram aprovados por unanimidade sem abstenção. Aproveita os últimos minutos para informar que o COMAM recebeu uma manifestação e uma solicitação do Ministério Público com relação à denúncia de suposta supressão de árvore localizada próximo à antiga estrada principal do Pinheirinho para a construção do projeto Linha Verde e questionamento sobre a atuação do município em relação à compensação



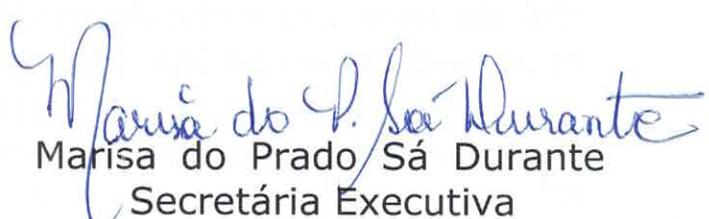
ambiental. O COMAM, vai fazer uma resposta com relação a isso e a prefeitura também foi demandada nisso e já está providenciando a resposta e será compartilhada a resposta aos membros da plenária. Manara concede a palavra para Moraes, que gostaria de saber como cidadão, se o Conselho Municipal do Meio Ambiente vai se manifestar com relação à termelétrica, ou seja, se vai ser colocado em votação no Conselho à revogação da apresentação da emenda à Câmara Municipal. Manara esclarece que em primeiro de tudo é ambientalista e está Secretário. E como presidente do Conselho, atendendo à questão regimental, se os conselheiros assim solicitarem para a próxima reunião seja trazida uma proposta de moção, alguma deliberação sobre esse tipo de encaminhamento, seguindo o regimento, dará a atenção à proposta, compartilhando isso com a plenária para qualquer eventual encaminhamento. A proposta hoje foi de esclarecimentos, e a discussão de hoje não pretendeu nem estava segura, pela pauta de convocação para deliberação de qualquer encaminhamento, mas a plenária sempre é soberana, se os conselheiros assim decidirem o COMAM volta a discutir esse tema, com uma posição a ser encaminhada, seja para o executivo, seja para a Câmara Municipal. Regimentalmente é esse o funcionamento. Na sua posição consultiva pode se manifestar, a única coisa é que deve atender ao regimento naquela demanda trazida pelos conselheiros. Então a demanda trazida por conselheiros estabelece pauta no COMAM e para finalizar e lembrando desse item que o professor Moraes me fez, para esse item, segundo o Parágrafo 4º, trazido no Artigo em 2002, estabeleceu o COMAM deliberativo para avaliação de projetos de termelétricas. E como a doutora Fernanda falou, o COMAM não tem o caráter deliberativo, mas esse artigo traz esse status deliberativo, não meramente consultivo para o assunto, quando se tratar de apreciação de um EIA-RIMA, quando se tratar da discussão sobre um projeto de fato existente ele se torna deliberativo. Foi assim colocado nas premissas, que é garantido ao COMAM. Lembrando que a simples retirada desse artigo, passa a não existir mais, prevalecendo à posição que eu acho que o Gabriel trouxe outros é de que se trata de um artigo que padece de



constitucionalidade por ser tema estratégico, de interesse nacional e cai também esse parágrafo que atribui o status de deliberativo para esse tema na avaliação de qualquer projeto por parte do COMAM. Manara agradece a todos que estão em participação via remota e os que estão presencialmente obedecendo todo o rigor do protocolo da COVID. Novamente parabeniza a todos os conselheiros que agora partem também a atuar nas Câmaras Técnicas Permanentes, já compostas hoje e pela dedicação e exercício de cidadania. Nada mais a tratar Manara agradece a todos pelas contribuições e sugestões, encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara  
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante  
Secretária Executiva